



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA  
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**Ata da 23ª reunião, realizada em 23 de fevereiro de 2021**

1 Em 23 de fevereiro de 2021, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de  
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política Ambiental  
3 (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de  
4 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os  
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Letícia  
6 Capistrano Campos, representante da SEMAD. Representantes do poder público:  
7 Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Pedro  
8 Oliveira de Sena Batista, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico  
9 (Sede); Nádia Lima Sousa Madureira Silva, da Secretaria de Estado de  
10 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Márcio Roberto Ferreira de Oliveira Ribeiro, da  
11 Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Carla Raquel Fonseca Correa,  
12 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Alfredo  
13 Marques Diniz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais  
14 (Crea/MG). Representantes da sociedade civil: Alison Frederico Medeiros Ferreira,  
15 da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Antônio Walter  
16 dos Santos Pinheiro Filho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa  
17 (Abragel); Gustavo Bernardino Malacco da Silva, da Associação para a Gestão  
18 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Paulo José de Oliveira, do  
19 Espeleogruppo Pains (EPA); Roberto Messias Franco, da Sociedade Mineira de  
20 Engenheiros (SME); Laylla Gabrielle Borges Correia Freitas, do Centro Universitário  
21 Una. **Assuntos em pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**  
22 Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente suplente Letícia  
23 Capistrano Campos declarou aberta a 23ª reunião da Câmara de Políticas de  
24 Energia e Mudanças Climáticas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E**  
25 **ASSUNTOS GERAIS.** Vânia Mara de Souza Sarmiento/SEMAD: “Eu queria informar  
26 que o curso de capacitação para os conselheiros do COPAM está aberto. Os  
27 conselheiros que ainda não realizaram, tanto titulares quanto suplentes, podem  
28 realizar o curso. Em função das festas de final de ano e das férias do mês de janeiro,  
29 nós resolvemos manter o curso aberto. Nós gostaríamos de colocar sobre a  
30 importância de os conselheiros realizarem esse curso introdutório. Nós já estamos  
31 com o curso prático, que vem na sequência, praticamente pronto. Se vocês tiverem  
32 alguma dificuldade, eu vou pedir para colocar no chat o nosso e-mail para entrarem  
33 em contato. No menu do COPAM, onde tem acesso às reuniões, criamos um  
34 submenu ‘capacitação COPAM’, onde tem todas as informações em relação a esse  
35 curso. Eu só queria lembrar que para o conselheiro conseguir concluir o curso é  
36 importante que ele faça a leitura de todos os módulos. Tem o módulo inicial, e ele  
37 tem que fazer a leitura até o final para poder passar para o próximo módulo. Depois

tem um exercício avaliativo. É importante registrar que tem que alcançar 70% para finalização do curso e emissão do certificado. Cada curso tem a emissão de um certificado no final. O próprio conselheiro pode imprimir ou salvar para depois agregar ao currículo. Então a importância desse trabalho que estamos fazendo para vocês. Para os conselheiros que têm feito, o retorno tem sido extremamente positivo. Lembrando que estamos com o curso introdutório e na sequência viremos com o curso prático e depois vamos trabalhar com as temáticas. No caso desta Câmara, vamos trabalhar com energia e mudanças climáticas. E nas demais Câmaras cada uma trabalhando as suas temáticas. Então eu venho reforçar sobre a importância de os conselheiros realizarem o curso. Ainda não conseguimos o quantitativo que achávamos que conseguiríamos. Então viemos reforçar a cada reunião sobre a importância de vocês estarem realizando esse curso. E no caso de alguma dificuldade ou alguma dúvida o nosso e-mail está no chat para vocês entrarem em contato. Nós estamos à disposição para auxiliá-los naquilo que for possível.” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Eu queria reforçar o recado da Vânia e reiterar a importância de todos os senhores realizarem esse curso. Realmente agrega muito, inclusive para o andamento das reuniões e o nosso conhecimento. Então realmente é muito importante.” **4) EXAME DA ATA DA 22ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 22ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas, realizada em 26 de outubro de 2020. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, Secult, Crea, Fiemg, Abragel, EPA e Una. Abstenções: Seapa e Angá. Ausência: SME. Os conselheiros representantes da Seapa e da Angá justificaram as abstenções de voto pelo motivo de não terem participado da reunião. **5) PLANEJAMENTO DO NÚCLEO DE SUSTENTABILIDADE, ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS 2021.** **Apresentação: FEAM.** Larissa Assunção Oliveira Santos, da FEAM, fez apresentação do planejamento do Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas para o ano de 2021. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta. Manifestações. Conselheiro Alison Frederico Medeiros Ferreira: “Eu gostaria de parabenizar a Larissa e toda a equipe da FEAM pelo planejamento e toda a organização da agenda de trabalho de 2021. E gostaria de tirar uma dúvida. No primeiro workshop, nós discutimos sobre a possibilidade de criação de grupos de trabalhos setoriais com o objetivo de discutir as ações de mitigação, os inventários apresentados. Eu gostaria de saber como vocês estão planejando isso. Você comentou sobre o cronograma de ações para 2021, realização do segundo workshop e mais algumas ações específicas. Essa criação de grupo de trabalho está no planejamento também ou não?” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Está, sim. Esse foi um pedido da FEAM, porque nós vimos pelo workshop e também pela nossa experiência com o Plano de Energia e Mudanças Climáticas, por exemplo, o tanto que é importante reunir os setores em um grupo, para trabalhar as especificidades de cada setor. Nós entramos em contato com o CBC e pedimos encarecidamente para fazermos esse GTS. Foi um pedido que fizemos para o CBC e para a COP, e eles concordaram, como já tínhamos conversado no primeiro

81 workshop, de fazermos uma reunião para cada GT. Ainda não temos o cronograma  
82 dessas reuniões, mas, assim que tivermos, vocês vão saber. Não temos o  
83 cronograma porque o projeto está um pouco atrasado devido ao trabalho da COP.  
84 Então estamos aguardando para que eles indiquem o momento de fazer esse grupo  
85 de trabalho.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Como está hoje o  
86 trâmite na Assembleia com relação a esse PL? Não sei se seria uma política  
87 estadual ou o que no final vai ser trabalhado. Há perspectiva de esse projeto ser  
88 discutido neste ano, qual é a expectativa de vocês hoje?” Larissa Assunção Oliveira  
89 Santos/FEAM: “Nós já enviamos um projeto para a Lei Estadual de Enfrentamento  
90 às Mudanças Climáticas. Já enviamos algumas vezes para a Assembleia. A última  
91 vez foi enviada pelo ex-governador Pimentel. Quando o Zema entrou, esse projeto  
92 foi arquivado. Nós estamos com a minuta do PL revisada e atualizada e  
93 pretendemos levar para validação no Fórum de Energia e Mudanças Climáticas. Nós  
94 entendemos com essa validação a nossa chance de passar pela Assembleia,  
95 porque, inclusive, dentro do Fórum vai ter representante da Assembleia. A  
96 expectativa é para este ano.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva:  
97 “Desde que estávamos conversando aqui no antigo governo, para mim, era um dos  
98 primeiros projetos de qualquer governo a serem aprovados. Um governo estadual  
99 que não tem uma Política Estadual de Mudança Climática, um direcionamento, é  
100 brincadeira, é fora de qualquer realidade hoje de mercado e sustentabilidade. Outra  
101 questão: como está o trabalho do governo hoje com os municípios? Eu estou aqui  
102 em Uberlândia, e Uberlândia nem fala de um plano municipal de mudanças  
103 climáticas, nem se aproxima disso. Quais são as ferramentas, os estímulos? Pelo  
104 menos elencar alguns municípios prioritários do Estado, que, com certeza, o Estado  
105 vai entender que são os maiores emissores, para fazer essa aproximação na  
106 perspectiva de um estímulo a eles. Começaram agora as novas gestões municipais,  
107 e talvez seja um momento também, nesse planejamento, até para nos ajudar aqui.  
108 Porque é um debate que não conseguimos colocar. Uberlândia passou por cinco  
109 eventos climáticos de dezembro de 2020 a agora em fevereiro de 2021. Mesmo com  
110 esse caos implementado aqui, não conseguimos ainda colocar na perspectiva do  
111 Executivo local esse debate. De repente, pensar alguns eventos setoriais, que nós  
112 possamos ajudar territorialmente nesse debate. Não tem jeito, é um governo  
113 subnacional que vai fazer essa política.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM:  
114 “Sobre o PL de Enfrentamento às Mudanças Climáticas, eu concordo, conselheiro.  
115 Como área técnica, é mais que importante uma lei para subsidiar o nosso trabalho.  
116 Inclusive, Minas Gerais é o único Estado do Sudeste que ainda não tem essa Lei de  
117 Enfrentamento às Mudanças Climáticas. A única coisa que temos é o Decreto  
118 45.229, que fala da regulamentação das emissões por meio do programa de registro  
119 de emissões de gás de efeito estufa. Mas não temos uma lei. Inclusive, diversos  
120 Estados brasileiros fora do Sudeste também já possuem. Então eu realmente vejo  
121 como um atraso. Mas nós pretendemos e esperamos que esse PL seja aprovado  
122 este ano. Com relação aos municípios, como eu disse, nós temos alguns produtos  
123 relacionados às mudanças climáticas para os municípios. Nós entendemos que o

124 assunto de mudança climática nem sempre é prioritário para os municípios, muito  
125 por falta de conhecimento mesmo do assunto, de achar que mudança climática é  
126 algo de futuro. Por isso, nós pensamos na plataforma Clima Gerais, uma plataforma  
127 que tem pílulas de conhecimento para iniciar a conversa sobre mudança climática.  
128 Lá o agente público municipal pode entender um pouquinho sobre mudança  
129 climática e depois pode entender como a mudança climática está sendo trabalhada  
130 em vários municípios brasileiros ou até fora do Brasil, por meio das boas práticas  
131 que identificamos e inserimos nessa plataforma. E depois ele pode entender quais  
132 são os instrumentos de financiamento que ele pode ter. Dentro da plataforma Clima  
133 Gerais, também tem o Índice Mineiro de Vulnerabilidade Climática, que indica com  
134 o grau de vulnerabilidade quão vulnerável o município é às mudanças climáticas.  
135 Nós falamos que o índice não é um instrumento para ser utilizado somente ele para  
136 tomada de decisão, mas ele auxilia os municípios na tomada de decisão,  
137 principalmente aqueles municípios que não possuem um plano de adaptação para  
138 redução da vulnerabilidade. Belo Horizonte, por exemplo, possui esse tipo de  
139 avaliação de vulnerabilidade, e aí se consegue enxergar a vulnerabilidade dos  
140 bairros. Então o ideal seria que os municípios tivessem esse estudo, mas nós  
141 entendemos que é um estudo caro, que é complicado, e temos muitos municípios.  
142 O Índice pode cooperar para essa avaliação da vulnerabilidade e a tomada de  
143 decisão. Nós também temos na plataforma a ferramenta Clima na Prática e até  
144 fizemos um evento de divulgação no ano passado. Essa ferramenta é exatamente  
145 para o município colocar em prática as questões relacionadas às mudanças  
146 climáticas dentro das suas políticas públicas, das suas ações e dos seus programas.  
147 Ela mostra um caminho para o município poder seguir para que se torne mais  
148 resiliente. Não há uma receita de bolo, mas damos o caminho para que o município  
149 consiga iniciar os trabalhos com relação às mudanças climáticas. Então nós temos  
150 alguns produtos, mas temos dificuldade na sua divulgação. Em 2019, nós fizemos  
151 cinco capacitações do Clima na Prática. Ao longo de 2019, nós desenvolvemos a  
152 ferramenta Clima na Prática e levamos para cinco municípios mineiros.  
153 Selecionamos 35 municípios por alguns critérios, como se tem alguma política  
154 ambiental, algum conselho, se tem mais de 20 mil habitantes. Então selecionamos  
155 alguns municípios e enviamos essa ideia de fazer a capacitação. E aí nós fomos  
156 àqueles municípios que responderam. Então fizemos essa capacitação para cinco  
157 municípios, mas entendemos que é muito pouco. Por isso que o produto do eixo de  
158 adaptação é a estratégia de comunicação, para que consigamos divulgar esses  
159 produtos, para que esses produtos consigam chegar, por exemplo, a Uberlândia,  
160 que sofreu com eventos climáticos extremos. Entendemos que existem ferramentas  
161 para que ações sejam feitas dentro do município. Por exemplo, ação de adaptação,  
162 ação relacionada ao urbanismo. De repente colocar dentro do plano diretor ações  
163 relacionadas a mudanças climáticas etc. É um início, mas para realmente estimular  
164 os municípios a trabalharem com essas questões.” trabalho.” Conselheiro Gustavo  
165 Bernardino Malacco da Silva: “Uma sugestão: como começamos com novas  
166 administrações municipais pelo Estado, talvez retomar isso. Eu entendo que a

167 plataforma digital é muito importante, mas para alguns gestores acaba que o tête-à-  
168 tête do governo é muito importante. Talvez as associações de municípios, que  
169 conseguem congregar vários prefeitos. Então eu acho que isso poderia entrar como  
170 planejamento agora no início, para pegar os prefeitos começado e reforçar junto ao  
171 seu secretariado. Os Comitês de Bacia também têm uma força dentro dos territórios  
172 e poderiam ser utilizados neste início de governo municipal. Não tem como mais  
173 fugir dessa agenda, os governos subnacionais, além dos prejuízos, estão perdendo  
174 oportunidades econômicas se não trabalharem essa política. Uma cidade do porte  
175 de Uberlândia nem colocar a palavra de agenda climática dentro do seu  
176 planejamento no Estado de Minas Gerais é uma coisa impressionante. Não estamos  
177 falando daquele município pequeno, estamos falando de município de grande porte,  
178 que tem seus problemas resultantes da temática da agenda climática e contribui  
179 significativamente no Estado com emissões. Como é que o Estado vai conseguir  
180 também atingir suas metas de redução se os maiores emissores não estão nessa  
181 cadeia com suas políticas públicas? Então esse tipo de mensuração tem que existir.  
182 E aí precisa do estímulo, e até o projeto de lei – não conheço o projeto agora que  
183 está sendo discutido novamente – tenha esses gatilhos de incentivos aos governos  
184 subnacionais, de colocar até como exigência. O plano diretor está lá como exigência  
185 para municípios acima de 20 mil habitantes. Então tem que ter esses gatilhos, nem  
186 que sejam por meio de instrumentos econômicos, de o próprio governo pensar, se  
187 não tiver, vai ter perda de tributação, de imposto, por exemplo, no seu território. Uma  
188 obrigação. E aí os municípios menores podem trabalhar esses consórcios, como no  
189 Marco do Saneamento. Então é uma preocupação que nós temos. Essa política tem  
190 que ser mais presencial nos territórios. Do contrário, o Estado vai ficar para trás.  
191 Como pode o único Estado do Sudeste que não tem uma política estadual. É difícil,  
192 é realmente falta de visão do atual governo e de quem passou, de uma forma geral.”  
193 Presidente Letícia Capistrano Campos: “Conselheiro, nós registramos aqui a sua  
194 contribuição. Ano passado, inclusive, nós tivemos uma experiência dessa com a  
195 região metropolitana de Belo Horizonte, com ajuda, inclusive, da Agência. Nós  
196 fizemos a divulgação tanto da plataforma Clima Gerais como da ferramenta Clima  
197 na Prática. Infelizmente, devido à pandemia, tivemos que fazer um evento desse de  
198 modo remoto, online. Não sabemos como vamos lidar agora com essa questão da  
199 pandemia e tudo mais, mas está registrado, e eu concordo com o senhor. E nós  
200 vamos tentar, sim, que isso chegue às outras regiões de Minas Gerais, aos outros  
201 municípios. Porque realmente com 853 municípios nós dependemos deles para  
202 poder fazer uma política de mudanças climáticas no Estado. O nosso Estado é muito  
203 grande, então, sem o apoio dos municípios, sem o trabalho dos municípios,  
204 certamente não vamos conseguir desenvolver esse tipo de política. Então está  
205 registrado. E obrigada pela contribuição.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco  
206 da Silva: “Nós ficamos à disposição, presidente. Se precisar de um meio de campo  
207 com as associações de municípios e também com os Comitês, com os quais  
208 também trabalhamos bem, nós estamos à disposição para fazer essa ponte e ajudar  
209 nessa divulgação e nesse incentivo.” Presidente Letícia Capistrano Campos:

210 “Agradeço a disposição. E certamente precisaremos contar com o senhor para isso,  
 211 sim. Agradeço desde já.” Conselheiro Alison Frederico Medeiros Ferreira: “Eu  
 212 gostaria de esclarecer uma dúvida a respeito do Fórum Mineiro de Energia e  
 213 Mudanças Climáticas. Houve uma discussão em algumas reuniões anteriores sobre  
 214 a composição do Fórum. A Fiemg até apresentou uma proposta de composição, e  
 215 eu gostaria de registrar aqui essa apresentação e saber como estão o andamento  
 216 disso, as expectativas, os próximos passos e como vocês estão planejando o  
 217 avanço desse processo.” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Nós recebemos o  
 218 ofício do senhor, foi direcionado tanto à secretária Marília quanto ao presidente  
 219 Renato. Nós fizemos a análise da proposta, e neste momento a proposta está em  
 220 deliberação por parte da própria secretária e do presidente Renato. Então muito em  
 221 breve vocês irão receber o nosso retorno com relação a isso. E desde já eu me  
 222 coloco à disposição também, caso o senhor precise tirar alguma dúvida com relação  
 223 ao andamento dessa questão.” **6) DESDOBRAMENTOS DOS TRABALHOS DO**  
 224 **MEMORANDO DE ENTENDIMENTO FIRMADO ENTRE MINAS GERAIS E REINO**  
 225 **UNIDO. Apresentação: FEAM.** Larissa Assunção Oliveira Santos, da FEAM, fez  
 226 apresentação sobre os desdobramentos dos trabalhos do memorando de  
 227 entendimento firmado entre Minas Gerais e o Reino Unido. O conteúdo da exposição  
 228 foi disponibilizado na pauta. Manifestações. Presidente Letícia Capistrano Campos:  
 229 “Eu gostaria de deixar aqui o agradecimento a todas as instituições de governo que  
 230 participaram e possibilitaram a assinatura desse memorando de entendimento.  
 231 Realmente, foi um marco muito grande para Minas Gerais e também para a relação  
 232 de Minas Gerais junto ao Reino Unido. Eu gostaria de cumprimentar na pessoa do  
 233 cônsul Lucas Brown, assim como todo seu time e todas as secretarias e entidades  
 234 de governo que participaram dessa assinatura e viabilizaram tudo isso.” Conselheiro  
 235 Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Eu não tenho dúvida de que seja um passo  
 236 importante do governo na busca dessas metas. Nós ficamos felizes quando, no ano  
 237 passado, recebemos a notícia dessa assinatura. Eu achei interessante que, durante  
 238 a apresentação, foi destacado que depois vão trabalhar em alguns municípios do  
 239 Cerrado. Salvo engano, são 25 municípios que foram elencados no Programa ABC.  
 240 Como vai ficar esse guarda-chuva? Vai ficar com a própria FEAM mesmo, dentro da  
 241 SEMAD? Eu digo a governança desse projeto. Ou vai ser debatido com um grupo  
 242 mesmo, com várias secretarias, já que se relaciona com a Seapa, a Sede. Como  
 243 fica essa governança?” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Hoje o coordenador  
 244 dentro do Estado de Minas Gerais é o presidente Renato Brandão, da FEAM. Então  
 245 ele hoje está coordenando no âmbito geral de governo. Porém, como a Larissa  
 246 disse, tem vários grupos de trabalho, que foram definidos na própria redação. Para  
 247 os grupos de trabalho, o grupo maior, que reúne todos os grupos de trabalho,  
 248 realmente, para deliberar e tudo mais, tem a participação de todas as secretarias  
 249 que assinaram junto o memorando de entendimento, que são Seapa, Sede, IEF,  
 250 FEAM, SEMAD. E sempre com apoio do próprio governo. Então hoje nós temos a  
 251 representação da assessoria do governador sempre presente nas discussões,  
 252 participando e dando as diretrizes. Mas realmente a coordenação geral ficou na

253 carga do presidente da FEAM. No entanto, nós estamos fazendo essas reuniões  
 254 dos GTS, e cada GT tem uma coordenação específica. Por exemplo, de o GT de  
 255 Agricultura é coordenado pela Seapa no âmbito do Estado de Minas Gerais e tem  
 256 outro coordenador no âmbito da embaixada do Reino Unido. Eu acho que é bom até  
 257 passar, Larissa, sobre como nós temos discutido a questão do cronograma. Até  
 258 março, todos os GTS já vão ter levantados os projetos que queremos desenvolver,  
 259 as propostas. De março até julho, vamos começar o desenvolvimento desses  
 260 projetos e também deliberar o que queremos levar para a COP-26 no âmbito do  
 261 governo de Minas Gerais. Até julho, vamos ter isso definido, porque a COP será em  
 262 novembro. Nós achamos que na verdade tem muito tempo até lá, mas o ano passa  
 263 voando. Então realmente precisamos fazer uma definição disso, e quanto mais cedo  
 264 melhor.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “É ótimo a governança  
 265 ficar centralizada na FEAM. Um questionamento é como vai ser feita essa  
 266 governança do recurso. Eu imagino, óbvio, que esse memorando trabalha com  
 267 investimento. Como vocês vão trabalhar essas parcerias? Vai ter um fundo? Serão  
 268 feitas parcerias locais, com municípios? Como vocês estão pensando nesse debate  
 269 sobre a aplicação do recurso? Vão existir editais, por exemplo? Só para entender o  
 270 que vocês estão pensando hoje.” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Nós  
 271 estamos ainda nessa fase inicial de discussão, de levantamento do que vai ser feito.  
 272 Mas, por exemplo, dentro do grupo de investimento, pretendemos envolver o BDMG,  
 273 até mesmo porque tem uma perspectiva relacionada a essa questão de  
 274 financiamento. Então ainda estamos definindo o formato em que isso vai ser feito,  
 275 qual o melhor formato, a melhor diretriz. Assim que tivermos uma definição quanto  
 276 a isso, retornaremos à CEM para apresentar como será feito. Por enquanto,  
 277 estamos em uma fase de discussão ainda.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Eu queria fazer um adendo na fala da Letícia. Conselheiro Gustavo,  
 278 com relação aos 25 municípios do Cerrado, na verdade, é uma iniciativa que já  
 279 existe por meio do Reino Unido. Com relação aos grupos de trabalho, apesar de  
 280 termos definido e estarmos realizando essas reuniões com atores-chave, nada  
 281 impede, se no momento de discussão verificarmos a necessidade de outros atores,  
 282 que possa convidar. Nós entendemos que precisamos estar com todos os atores  
 283 relacionados ao tema para que os projetos andem.” Conselheiro Alison Frederico Medeiros Ferreira: “Novamente, parabenizá-los por essa excelente iniciativa. Nós  
 285 acreditamos que essas iniciativas, esses eixos estratégicos de descarbonização,  
 286 transição energética, agricultura sustentável vão nos trazer muitas informações,  
 287 muitos inputs. Uma dúvida que surgiu aqui é se esses inputs, essas informações  
 288 que serão geradas, que serão estudadas, se vocês estão planejando desdobrar isso  
 289 com alguma outra ação, por exemplo, de revisão do Plano de Energia e Mudanças  
 290 Climáticas, que, se não me falha a memória, é de 2014/2015. Se isso alimentaria  
 291 possíveis revisões desse plano e até mesmo da nossa política. Como vocês estão  
 292 planejando a saída desse trabalho a posteriori?” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Dentro do grupo de trabalho nós vamos definir projetos que vamos  
 293 trabalhar, ações de trabalho, e, com certeza, na atualização do plano, essas ações

296 que vamos desenvolver vão servir para alimentar a atualização. O Plano de Energia  
 297 e Mudanças Climáticas tem a parte de mitigação e a parte de estratégias de  
 298 adaptação, então as ações relacionadas, por exemplo, a mitigação, dos GTs, com  
 299 certeza entrariam na revisão do plano. Até porque a intenção é o que deveria ser  
 300 feito é que o plano acompanhasse essas ações para entender como elas estão  
 301 andando, se existe algum gargalo, se precisa se tornar outra ação. Então o que foi  
 302 discutido no grupo de trabalho com certeza vai alimentar a revisão do plano de  
 303 alguma forma.” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Complementando o que a  
 304 Larissa disse, a ideia é que o PEMC seja um guarda-chuva de todo o memorando  
 305 de entendimento. Isso foi discutido na última reunião que tivemos junto à  
 306 embaixada.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Até que  
 307 atualizemos o inventário de emissão de gases de efeito estufa, ainda perdura aquele  
 308 que aponta claramente que o uso do solo tem a maior parte das emissões. Eu acho  
 309 importante nesse trabalho de aplicação de recursos não ficar apenas no  
 310 direcionamento de empréstimos, talvez do BDMG, mas pensar também em fundo  
 311 perdido e trabalhar parcerias. Agora que temos o PRA regulamentado, é claro,  
 312 vamos precisar de estrutura, viveiros. Minas tem uma meta de restauração. Como  
 313 vai atingir essa meta com esses viveiros todos sucateados pelo Estado sem essas  
 314 parcerias em viveiros nos territórios. Lógico, isso também envolve conservação,  
 315 para não ficar trocando floresta madura, Cerrado maduro, por florestas. Esse é um  
 316 debate importante. Mas nós vamos precisar, tem muita área para ser recuperada,  
 317 restaurada. É importante também ter esse tipo de estratégia e também trabalhar as  
 318 organizações da sociedade civil dentro dos territórios. Óbvio, não estamos tratando  
 319 isso como uma empresa, um investimento, ter um dinheiro. Na realidade, é um  
 320 trabalho sem fins lucrativos. Então é pensar também nisso, porque tem bons casos  
 321 de sucesso entre organizações da sociedade civil que administram viveiros por todo  
 322 o país. Eu acho isso muito importante, especialmente nas áreas em que temos um  
 323 déficit muito representativo. Mas eu entendo que vocês vão trazer esse debate mais  
 324 à frente nesses grupos de trabalho.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Com  
 325 certeza, isso que o senhor levantou vai ser discutido tanto no grupo de agricultura  
 326 sustentável quanto no de conservação e restauração florestal. Esses dois grupos  
 327 não são coordenados pela FEAM, mas a FEAM participa de todos e com certeza vai  
 328 entrar nessa discussão. Porque agora é o momento em que nós estamos analisando  
 329 quais são os gargalos para atuar por meio de projeto. Eu vou levar esse gargalo que  
 330 o conselheiro identificou para esses grupos de trabalho.” **7) PROPOSTA DE**  
 331 **AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA CÂMARA DE POLÍTICAS DE**  
 332 **ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DO COPAM PARA O ANO DE 2021.**  
 333 **Apresentação: SEMAD.** Aprovado por unanimidade o calendário de reuniões da  
 334 Câmara de Políticas de Energia e Mudanças Climáticas para 2021, nos termos da  
 335 proposta apresentada pela SEMAD. Votos favoráveis: Segov, Sede, Seinfra, Secult,  
 336 Seapa, Crea, Fiemg, Abragel, Angá, EPA, SME e Una. A Presidência informou que  
 337 os conselheiros e entidades que tiverem propostas de pontos de pauta poderão  
 338 encaminhar à Secretara Executiva. O prazo para o envio de sugestões é de até 15



339 dias antes da data da convocação de cada reunião, conforme destacado pela  
340 Secretaria Executiva, para atendimento do Regimento Interno do COPAM. **8)**  
341 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente  
342 Letícia Capistrano Campos declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta  
343 ata.

---

344 **APROVAÇÃO DA ATA**

---

345  
346  
347  
348 **Letícia Capistrano Campos**  
349 **Presidente suplente da Câmara de Políticas**  
350 **de Energia e Mudanças Climáticas**